

A MITOLOGIA LUNAR MODELANDO O MONOTEÍSMO ISLÂMICO E FORMANDO A CIDADE ÁRABE

Magno Paganelli¹

RESUMO:

Este artigo traça o percurso sócio religioso das tribos nômades árabes no período pré-islâmico, considerando os mitos lunares da região e de povos que adotaram mitos lunares e que podem ter exercido influência na Península Arábica. O período seguinte, o período islâmico propriamente dito, será o desdobramento dessas condições e crenças originais que envolveram política, fé, economia, sociedade e cidade.

PALAVRAS-CHAVE: culto lunar, Islã.

ABSTRACT: This article deals with the socio religious path of Arab nomadic tribes in the pre-Islamic period, considering the lunar myths of the region and the people who have adopted lunar myths that may have influenced the Arabian Peninsula. The following period, the Islamic period itself, was the unfolding of these conditions and the original beliefs that have been involving politics, faith, economy, society and city.

KEYWORDS: lunar cult, Islam

¹ Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo, Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Bacharel em Teologia com especialização em Novo Testamento. É Pedagogo com pós-graduação em Didática do Ensino Superior (Mackenzie) e jornalista. É membro do Grupo de Estudos Ideologia no Discurso Religioso (Mackenzie/CNPq) e do GT Oriente Médio e Mundo Muçulmano (USP/CNPq), onde contribui com a Revista Malala (GTOMMM-USP). paganelli.magno@gmail.com

INTRODUÇÃO

A cidade não comporta ou recebe a religião; a religião é que dá origem a ela.

Os três grandes monoteísmos ligam-se à raiz comum na pessoa do mesopotâmio Abraão. Sua sociedade fervilhava em cultos a divindades sortidas, de onde brotaria o monoteísmo.

O cristianismo sucedeu o judaísmo na Palestina usando como manjedoura o templo, a terra e o texto, tomando emprestado os primeiros fieis. E o Islã? Veio do sul alegando a mesma herança de Abraão. Distavam ao menos dois mil e seiscentos anos no tempo. A península arábica de Muhammad, no sétimo século da era presente, sediava espetáculo plural de deuses celestes, representações da vida animal e mineral e pouca, ou nenhuma, vocação aparente para o monoteísmo.

Os céus certamente tiveram influência luminosa ao reunir em torno de uma única divindade os mais diversos interesses, políticos, econômicos – e religiosos! – das populações árabes pré-islâmicas. Mas que divindade era essa, se é que podemos dizer que havia uma?

1. A MENTE MÍTICA

Um pai trabalhando em casa sente-se incomodado com a presença da filha correndo de lá para cá. Ele, então, dá a ela três palitos de fósforos queimados e diz para que brinque com eles. A criança começa a brincar com os palitos até que irrompe em gritos, assustada e em pânico: “Papai, papai, tire a bruxa daqui!”. Não há bruxa alguma, evidentemente, mas ao envolver-se profundamente com a representação por ela elaborada, de que os palitos eram Joãozinho, Mariazinha e a bruxa, o processo criativo evoluiu de uma ideia no nível dos sentimentos para o plano da consciência sensorial. Quando houve a explosão em gritos, “significa que determinado processo espiritual se completou”. A ideia “é” tornou-se “ser”, “tornou-se”: “a fase do tornar-se ocorre no nível dos sentimentos, enquanto a do ser está no plano consciente”. (CAMPBELL, 1992, p. 32)

Essa ilustração contada por Campbell é uma citação de Leo Frobenius, usada para explicar a passagem da representação simbólica do nível dos sentimentos para o nível da consciência sensorial, comum a todos os povos, especialmente no pensamento de povos mais antigos.

A pergunta sobre quando e onde a religião teve início não é nova. Em *Tratado de história das religiões*, Mircea Eliade fala que sempre houve a ideia de uma divindade no céu, e que tão somente a contemplação da abóbada celeste é suficiente para provocar a “consciência primitiva de uma experiência religiosa”. Isso não implica em um naturalismo urânico, pois para a mentalidade arcaica “a natureza nunca é exclusivamente ‘natural’.” (ELIADE, 1998, p. 39,40).

O céu, por si, impõe-se por estar acima, inacessível, elevado, e por ser infinito, eterno, e, como tal, “saturado de sacralidade”. Os semitas hebreus entendiam a questão assim quando declararam que “Os céus proclamam a glória de Deus, e o firmamento anuncia as obras das suas mãos” (Salmos 19.1). Em determinados grupos esta condição sacral dá o nome a certas divindades, como entre os iroqueses, para quem “tudo o que possui *orenda* chama-se *oki*, mas o sentido da palavra *oki* parece ser o de ‘aquele que está nas alturas’. Há um ente supremo chamado Oke”. (ELIADE, 1998, p. 41) Outro exemplo o temos nos índios sioux, cujo *orenda* ou o *mana*, a força mágico-religiosa, é expressa pelo “termo *wakan*, muito próximo, foneticamente, de *wakán*, *wankan*, que significa ‘no alto, por cima’, na língua dacota” (ELIADE, *Ibidem*, ênfase no original). Dessa forma, as ocorrências espantosas da natureza que se dão nas alturas, no “relâmpago, chuvas, o correr das nuvens, a evolução rítmica dos astros, os raios, o arco-íris são momentos da hierofania, manifestações e movimentos da própria divindade”. (*Ibidem*)

A ideia de um centro de poder superior é vista nas narrativas sobre grupos de divindades celestes. Entre os australianos Baiame no sudeste do continente (kamilaroi, wiradjuri, euahlayi), acreditava-se que as almas dos inocentes eram recebidas por uma divindade sentada num torno de cristal, tendo “o Sol e a Lua como seus filhos e mensageiros na Terra” ou como os próprios olhos da divindade superior (ELIADE, 1998, p. 42). “O trovão é a sua voz; faz cair a chuva, reverdece e fertiliza toda a terra; neste sentido é também ‘criador’. Pois Baiame é ‘self created’ e tudo criou *ex nihilo*”. (*Ibidem*)

Ainda olhando para o céu, é possível “perceber” que há deuses celestes entre os andamaneses, os africanos e entre as populações aborígenes andamaneses da Índia, uma das populações mais primitivas da Ásia, que mantém a crença numa divindade suprema, Puluga, com perfil antropomórfico, mas que habita o céu, “sua voz é o trovão e o vento a sua respiração” (ELIADE, 1998, p. 45). A maioria das populações ewe, para quem Mawu é o nome do Ser Supremo, nome derivado de wu (“estender”, “cobrir”) também utilizado para designar o firmamento e a chuva, preservando a crença nos deuses do céu (ELIADE, 1998, p. 43).

Entre os australianos, Durkheim registrou a existência de duas tribos, os Wotjobaluk e os Buandik, que mantinham totens dedicados à Lua (DHURKEIM, 1989, p. 142) A tradição iraniana mantinha a crença de que ao morrerem as almas atravessavam a ponte Cinvat, indo para as estrelas. Se fossem virtuosas, tinham por destino a Lua e o Sol. Já as almas sublimes, “penetravam até o *garotman*, luz infinita de Ahura Mazda” (ELIADE, 1998, p. 142).

2. MITOS, AMBIENTE E PLURALIDADE QUE INTERSECTAM A ARÁBIA PRÉ-ISLÂMICA

A Lua é símbolo da dependência que o homem e a criação têm da renovação e da própria transformação. Ela está ligada a dois sentidos fundamentais: os ritmos biológicos e o tempo passageiro. “Nas culturas orientais, como astro da noite, evoca o conhecimento discursivo, frio e indireto. Entre os chineses é o símbolo da origem primordial e da fecundidade” (SCHLESINGER, 1983, p. 228). A Lua é o astro submetido à lei universal do devir.

Ela cresce, decresce e desaparece. É cíclica, nasce e morre, sempre em sua própria substância. É o astro dos ritmos da vida e por isso mesmo é ela que rege os ciclos das águas, das chuvas, da vegetação, da fertilidade. Ela é a referência para a medida do tempo, tanto para povos gregários, que vivem da agricultura, mas especialmente os povos nômades que vivem da caça e da recolecção utilizam o calendário lunar (ELIADE, 1998, p 127).

O Islã é regido pelo calendário lunar, e em função das fases da Lua é que são regulados os atos religiosos. Mas não é apenas o calendário que foi influenciado pela Lua no Islã. “A lua crescente é o símbolo da religião islâmica, evocando morte e ressurreição. [...] Para os místicos é o símbolo da fé que ilumina o caminho na direção da luz plena e perfeita” (SCHLESINGER, *Ibidem*).

Os variados grupos nômades árabes nos períodos pré e pós-islâmico empreendiam grandes jornadas e deslocamentos. Tais grupos deveriam abandonar o acampamento como punição ou mesmo por vergonha do resultado de disputas tribais. Tais disputas podiam ocorrer pelo uso de recursos hídricos, disputas por animais ou mulheres e difamação. A desonra poderia ser atingida pelo trabalho de um poeta, espécie de jornalista, que se utilizava da difamação. As rugas entre tribos eram frequentes e a desonra, radicalmente rejeitada e quando ocorria, era admitido o emprego do assassinato dos difamadores, “que em geral eram poetas” (VERNET, 2004, p. 42). Um interventor estabelecia a indenização devida ao ofendido, por onde “vê-se que a seriedade nos relacionamentos sociais e a pouca tolerância faz parte da cultura já há milênios”. (HOURANI, 1994, p. 34)

Os registros do trânsito dos povos árabes em conexão com os vizinhos indianos, africanos e chineses é vista nas atividades nômade e marítima, das quais Vernet diz haver “frotas” que competiam com os persas “no comércio com a Índia ou a China”. Ele indica a descoberta de moedas chinesas no golfo arábico e moedas árabes numa região da Austrália (VERNET, 2004 p. 25). Ainda antes do mundo clássico existia a confiança necessária para lançar-se no mar até as monções (do árabe “mawsim”, “ventos de temporada”). E Vernet supõe ter havido um sistema confiável aos olhos daqueles povos pelo qual podiam deixar-se guiar. Seguramente era observação dos movimentos

cíclicos, repetidos e sazonais dos astros. E aponta a possibilidade caso alguma tribo adorasse estrelas como Canopo (Suhayl), Sírio, Régulo (Qalb al-Asad) e Aldebarã. “O local do nascimento e do ocaso dessas estrelas teriam servido para orientar os pilotos nas proximidades do equador” (VERNET, 2004, p. 26).

O autor do livro bíblico dos juízes de Israel percebeu luetas enfeitando o pescoço dos camelos vindos de Midiã, região próxima a Arábia:

O peso das argolas de ouro, que pediu, foi mil e setecentos siclos de ouro (afora os ornamentos em forma de meia lua, as arrecadas e as vestes de púrpura, que traziam os reis dos midianitas, e afora os ornamentos que os camelos traziam ao pescoço). [Juízes 8.26]²

Desde o neolítico, com a descoberta da agricultura, o homem notou a influência das fases da Lua no desencadeamento de fenômenos próximos como “as águas, a chuva, a fecundidade das mulheres, dos animais, a vegetação, o destino do homem após a morte e as cerimônias de iniciação” (ELIADE, 1998, p. 128). Desse modo, desde cedo o homem organizou a sua vida, fazendo sínteses mentais de acordo com o ritmo lunar, e assim pode associar realidades heterogêneas analogicamente a “lei de variação do astro” (ELIADE, 1998, p. 128).

As virtudes da Lua não podem ser apreendidas por meio de análise, mas intuitivamente. E o homem do passado as intuiu e expressou em símbolos do seu cotidiano, costurando as diferentes e distintas esferas e realidades, reconhecendo ou projetando na Lua as virtudes que identificava na própria sociedade e cultura. Assim, criou analogias para explicar os fenômenos como o ciclo luz-obscuridade, a temporada da chuva, a fertilidade das plantas, associando o seu próprio desejo de renascer sempre, de regenerar-se. “Na consciência do homem arcaico, a intuição do destino cósmico da Lua equivale à instauração de uma antropologia” (ELIADE, 1998, p. 130). O homem reconheceu-se na “vida” da Lua, não somente porque a sua própria vida tinha um fim, como a de todos os organismos, mas, sobretudo porque ela tornava válida, graças à lua nova, a sua sede de regeneração, as suas esperanças de renascimento (ELIADE, 1998, p. 130).

Isto pode ser visto na ligação da Lua com as águas, algo frequente.

Ardisûra Anânitâ, deusa iraniana das águas, era também deusa lunar. Sin, deus babilônico da Lua, comandava igualmente as águas. Um hino evoca a sua fecunda epifania: “Quando tu vogas nas águas semelhante a uma barca [...] o puro rio Eufrates sacia-se de água” (ELIADE, 1998, p. 132).

O vínculo da Lua com a fertilidade é conhecido e pode ser verificado no grande número de deuses da fertilidade que são, ao mesmo tempo,

² A versão Revista e Corrigida de Almeida traz “luetas”.

divindades lunares: Hathor, Ishtar, divindades egípcias, e Anaitis, divindade iraniana. [...] Sin [deus lunar babilônico] é, ao mesmo tempo, o criador das plantas, Dionísio é deus lunar e deus da vegetação. Osíris acumula todos os atributos: os da Lua, das águas, da vegetação e da agricultura (ELIADE, 1998, p. 134).

Em todos os casos, a ideia e expectativa da imortalidade perpassam esses mitos. Os mitos e a Lua carregam a ideia da preservação da existência. Ela desaparece por três noites e na quarta noite ressurgue. A morte, do mesmo modo, não é o fim da existência, mas uma modificação. “O morto participa de outro gênero de vida” (ELIADE, 1998, p. 144). Assim, os povos criam na viagem a Lua após a morte. A concepção da Lua como abrigo das almas é frequente e pode ser encontrado em forma de ícone estampado nas glípticas assírio-babilônica, fenícia, nítida, anatólica. Do mesmo modo, são reproduzidos nos “monumentos funerários de todo o Império romano. O símbolo funerário da meia lua é frequente na Europa inteira” (ELIADE, 1998, p. 144).

Nas culturas mais complexas, como na Índia, na Grécia e no Irã, esta viagem à Lua foi mantida (ELIADE, 1998, p. 141). Do mesmo modo a serpente associa-se ao aspecto da imortalidade, pois se regenera, tal qual a Lua que desaparece, mas renova-se, regenera-se... (ELIADE, 1998, p. 136), e até mesmo os chifres do touro são relacionados ao crescente da Lua, de modo que se tornou um símbolo associado à Lua e a fertilidade (ELIADE, 1998, p. 136).

Posteriormente, no período da formação da escrita, a Lua seria usada no desenho de diversos alfabetos. O Alef hebraico, “que significa ‘touro’, é o símbolo da Lua na primeira semana e ao mesmo tempo o nome do signo zodiacal em que começa a série das casas lunares” (ELIADE, 1998, p. 147). A mesma correspondência existe entre as suas fases e a grafia do alfabeto pode ser verificada entre babilônios, escandinavos e gregos. (ELIADE, 1998, p. 147).

O mesmo ocorre com os dualismos vinculados a Lua, “senão a sua origem histórica, pelo menos a sua ilustração mítica e simbólica nas fases da Lua”.

O mundo inferior, mundo das trevas, é figurado pela Lua moribunda (chifres = crescentes, sinal da dupla voluta = dois crescentes em sentido oposto, sobrepostos e ligados = mudança lunar, velho decrépito e ossudo). (ELIADE, 1998, p. 151)

3. A CIDADE ÁRABE NASCE EM TORNO DA RELIGIÃO

Um objeto cósmico ou telúrico não era adorado; esta prática não é vista na história das religiões. Qualquer que seja este objeto, “é sagrado porque revela a realidade última ou porque participa dela.” Assim, “a Lua nunca foi adorada *em si mesma*, mas no que revela de sagrado e o faz nos ritos, nos cultos, amuletos, ritmos e ciclos” (ELIADE, 1998, p. 131, ênfase no original).

Os ídolos da Arábia estavam presentes nos tempos do Profeta Muhammad, tanto que o Corão (53.19,20)³ cita as três deusas al-Lat, al Uzza e al-Manat.

As três aparecem nas inscrições pré-islâmicas da Arábia setentrional ou central. Al-Lat era uma divindade solar, tinha seu santuário em al-Ta'if e era a deusa tutelar dos *taqif* [...] Algumas das etimologias do seu nome levariam, por antonomásia, a considerá-la a “deusa”: *al-ilahat* (VERNET, 2004, p. 36).

Vernet atribui Al-‘Uzzà como deusa tutelar dos nabateus e também da tribo do Profeta, os coraixitas. Seu santuário em al-Hurad estava na rota entre Meca e Iraque, “e residia numa árvore sagrada, diante da qual se sacrificavam camelos” (VERNET, *Ibidem*). Na Kaaba, o panteão árabe em Meca, também tinha o seu espaço, e por conta dos textos que falam do “seu brilho ao amanhecer”, há quem a associe ao planeta Vênus (*Ibidem*), o que evoca a Estrela da Manhã semita dos hebreus.

A terceira, al-Manat, deusa do destino, foi adorada pelos *gatafan*, *kiwazin*, *lahm* de Hira etc. e estaria supostamente representada numa grande pedra negra em contraposição a Du-l-Halasa, que havia morado num santuário – chamado al-Ka'ba al-Yamaniyya (a Kaaba do sul) [...] (VERNET, 2004, p. 36).

No século VI a.C., quando Nabucodonosor conquistou a *região* de Yatrib – pois não havia império a ser conquistado – “construiu um templo dedicado ao deus Lua, representado pelo crescente [...] e um palácio no oásis de Tayma. O Alcorão (21.22ss) parece aludir a esse fato” (VERNET, 2004, p. 27). Vernet questiona se não estaria aqui a origem da insígnia própria do Islã em forma de meia-lua.

Mclean (1991, p. 96,97) narra o mito da deusa tríplice em várias culturas, dentre elas a arábica. Segundo ele, a trindade de deusas do deserto Al-Lat, Al-Uzza e Menat era adorada na Península no período pré-islâmico. Essas “três deusas principais eram consideradas filhas de um mesmo deus: Alá [...] deus único: o deus (*al-ilâh*)” (GARAUDY, 1998, p. 28, ênfase no original). Elas representavam “facetas de uma

³ “Acaso, haveis visto Al-Lát e Al-Uzza, (ídolos dos politeístas árabes) e a outra, a terceira (deusa), Manata?”. Cfm. Versão de Samir El Hayek, *Os significados dos versículos do ALCORÃO SAGRADO*, p. 435.

mesma deusa. Al-Uzza (“a poderosa”), a Virgem Guerreira vinculada a estrela da manhã, cujo santuário era situado num “bosque de acácias ao sul de Meca, onde era adorada na forma de uma pedra sagrada” (MCLEAN, 1991, p. 96). A primeira, Al-Lat (“deusa”), marcava o aspecto materno da deusa, e estava associada à Terra e a fertilidade como na regência da fecundidade – influenciando as mulheres no ciclo menstrual. Tinha seu próprio santuário em al-Ta’if, também próximo a Meca, onde era representada por um grande bloco de granito branco em estado bruto.

A última, Menat, era associada à senilidade feminina e criam que ela regia o destino e a morte, tendo o seu santuário “na estrada entre Meca e Medina, onde era adorada na forma de uma pedra negra bruta” (MCLEAN, 1991, p. 97).

Mclean acrescenta à narrativa do mito a relação entre Muhammad e o esforço que empenhou para implantar uma religião eminentemente patriarcal. Para isso foi necessário perseguir os adoradores da deusa em seus três aspectos, e destruir seus santuários. Mas a relação dessa trindade com determinadas tribos (ou com várias tribos) era ampla, causando dificuldades a Muhammad para abolir o culto das pedras sagradas da deusa. O meio encontrado foi, então, absorver o culto antigo, seus ritos a sua própria religião, instituindo o culto da Pedra Sagrada do Islã, na Kaaba, em Meca (MCLEAN, 1991, p. 97).

Garaudy concorda com essa tese principal, de que “os deuses da Arábia do Sul aparecem hierarquizados em tríades [...] e o Alcorão parece aludir a uma delas (55.4-6)” (GARAUDY, 1998, p. 37), e aponta para uma possível tradução destes versículos do Corão por: “O Sol e a Lua estão submetidos a um ciclo; o Astro [Vênus] e a árvore se prostram” (*Ibidem*). Essa “árvore” não seria a do templo em al-Hurad, na rota entre Meca e Iraque citado por Vernet?

A presença de totemismo na Arábia é indicada em passagens do Corão, como 27.18, que fala da formiga (VERNET, 2004, p. 38), que também indica o culto astral, dado o interesse para a navegação, como vimos. Muhammad conhecia o culto e seus deuses, pois em 53.49, falando de Deus, o Corão registra que “Ele é o Senhor de Sírio”, a constelação. (*Ibidem*). Esses deuses eram cultuados nas festas que se formavam nos ambientes de feiras específicas, as quais evoluíram até tornarem-se pequenos núcleos de comércio e povoados, os quais eram protegidos pelo deus em torno do qual a comunidade de caravaneiros nômades se reunia (VERNET, *Ibidem*). Aos poucos, formou-se uma hierarquia de deuses. E essa palavra “hierarquia” aqui é especialmente importante, pois sua raiz nos remete a posição sagrada dentro de uma estrutura e fala de organização de poder na qual os deuses das tribos assumiam (ou eram investidos de atribuição tal) perfis de maiores grandezas.

É assim que “o Deus” no topo da pirâmide social arábica recebeu, por antonomásia, a designação comum às “línguas semíticas de ‘Allāh’, ‘o deus’, em árabe; Elohim, em hebraico; Il, El, em aramaico” (*Ibidem*). Aos poucos eram atribuídas virtudes a esse Allāh, como Misericordioso, Louvado, Glorioso, como forma de fazer impingir na nova divindade todo-poderosa os atributos já presentes nos diversos deuses

locais e de menor poder. Em outras palavras, era como se um buraco negro (ou a própria pedra negra!) absorvesse a pluralidade religiosa das tribos árabes debaixo de um único e soberano nome, diante do qual todos deveriam buscar abrigo e poderiam encontrar a paz e a harmonia.

Sabemos da existência de centenas de deuses árabes, mas ao menos 32 santuários foram catalogados por Husayn Mu'nis posicionados em rotas usadas por caravanas (VERNET, 2004, p. 39).⁴ Politeístas que eram, habituados a peregrinações à Kaaba de Meca, os árabes “descobriram, acima de suas divindades tribais, uma fé que os integrava no universal, que dava um sentido à sua vida e a todas as coisas, uma lei à sua ação” (GARAUDY, 1998, p. 33).

“Nos oásis [as famílias tribais] podiam estabelecer um tipo diferente de poder, pela força da religião” (HOURANI, 1997, p. 26). Na religião, as divindades que haviam sido identificadas com objetos do céu, incorporavam em pedras, árvores e outras coisas naturais e “adivinhos afirmavam falar com a língua de um saber sobrenatural.” (*Ibidem*) – daí a importância dos poetas e profetas nas concentrações das feiras.

A povoação das cidades pelas tribos se deu nessa circunstância: comércio em torno da religião. E a maior delas ocorreu em torno da Kaaba, cuja estrutura segue um padrão geométrico “que, segundo o psicólogo C. G. Jung (1875-1961), possui significado arquetípico”. Armstrong (2009, p. 64) indica que a “maioria das cidades antigas tinha em seu centro um santuário que estabelecia a ligação com o sagrado, essencial a toda sobrevivência”. Nele, o divino se ligava ao terreno. Nos arquétipos junguianos, a relação e harmonia das figuras geométricas organizam o cosmo, dão base a uma realidade, tal como ocorre em Meca, em torno da Kaaba. A sua estrutura em forma de cubo que é circundada anualmente pelos peregrinos – o quadrado e o círculo em perfeita sincronia organizam o mundo plural e tenso, dando sentido e unidade sob um mesmo nome, o nome de deus.

Os rituais ali realizados lembravam aos fieis que tinham o dever de trazer a ordem divina a seu mundo de caos e desastres potenciais, submetendo-se às leis e princípios fundamentais do universo a fim de manter viva sua civilização e impedi-la de incorrer no erro da ilusão. (ARMSTRONG, 2009, p. 65)

Durkheim conta que entre nas tribos totêmicas australianas havia os churinga, um objeto ao qual se atribui sacralidade, confeccionado de formas e com objetos relacionados a algum aspecto cultural da tribo que o possui. Os churinga eram guardados em lugares especiais. Entre os Arunta, esse lugar recebe o nome de ertnatulunga (DHURKEIM, 1989, p. 161). Os churinga não eram usados pelos membros da tribo, exceto para aqueles mais idosos ou por algum membro a quem se atribuíam poderes especiais. Os churinga são o tesouro da tribo, “tesouro coletivo, a arca sagrada

⁴ Há registros de centenas de divindades (GABRIEL, s/d, p. 73).

do clã” (DHURKEIM, 1989, p. 163). As montanhas que emolduram o Índico são em parte cobertas de pedras negras e basalto de origem vulcânica (VERNET, 2004, p. 14), de onde certamente a pedra negra oculta na Kaaba teve a sua origem. E a pedra negra se liga e preserva a representação das religiões totêmicas: é o churinga islâmico na ertnatulunga da Kaaba.

4. SOB UM ÚNICO DEUS

Vernet (2004, p. 58,59) especula sobre a ideia do culto monoteísta no pensamento de Muhammad ter sido recebida de um conhecido monge na Síria numa de suas viagens comerciais com as caravanas. Este monge, de nome Bahira, talvez fosse o Pahuru que está numa inscrição nabateia.

Quando Muhammad surgiu com sua pregação monoteísta, os árabes na península tinham muitos deuses, e o centro religioso que congregava todas as tribos “era a Kaaba, em Meca (ainda hoje o lugar mais santo do Islã). A Kaaba é uma estrutura em pedra que os muçulmanos ortodoxos dizem ter sido construída ou reconstruída por dez vezes” (BAAR, 1980, p. 54). Creem que Abraão a tenha construído com o auxílio de Ismael. No tempo de Muhammad adoravam-se 360 deuses na Kaaba (GABRIEL, s/d, p. 73). Allah era uma destas divindades e o deus da tribo Quraish, de que fazia parte o clã de Muhammad. Durante quatro anos, após sua visão (segundo a qual o anjo Gabriel revelou o Alcorão), Muhammad proclamou cada vez mais abertamente que Allah era o único deus e que ele era seu profeta. “Maomé lançou fora os ídolos; o seu deus Alá era o único deus. Mas ele conservou a Kaaba como um lugar sagrado e confirmou o poder da Pedra Negra para remover os pecados do homem” (BAAR, 1980, p. 55).

Dos vários santuários pagãos da Arábia, Meca possuía um dos mais importantes, a Kaaba. Ela era o santuário que reunia os objetos de adoração das tribos e Allah era representado pela pedra negra antes do início do Islã.

Maomé mandou destruir os ídolos e proclamou que Meca tinha sido conquistada pela força, o que tornava todos os seus habitantes cativos dele [...] Todos os coraixitas, homens e mulheres, lhe juraram rapidamente obediência, reconheceram-no como Enviado de Deus e lhes mostraram o tesouro da Kaab, com 70 mil onças de ouro que ele nem sequer tocou (VERNET, 2004, p. 84).

Em outras palavras, Allah, um dos 360 ídolos da Kaaba que Muhammad excluiu do culto árabe politeísta, foi preservado. E a revelação do Alcorão é atribuída a essa entidade que habita a Pedra Negra, para a qual 1,5 bilhão de muçulmanos se inclinam por cinco vezes ao dia. Se o curvar-se em direção a um objeto caracteriza a idolatria, trata-se do maior culto idólatra da história da humanidade!

Muhammad, então, selou a paz com tribos e povos por meio de casamentos, muitos por motivos políticos, e “fora das [novas] cidades, a paz de Maomé estendia-se por uma vasta área. Chefes tribais precisavam firmar acordos com ele, pois ele controlava os oásis e as feiras”. E finalmente, em 632, em sua última visita a Meca, ele “discursa dizendo que todo muçulmano deve considerar o outro muçulmano um irmão e todos devem ‘combater todos os homens, até que dissessem: Só há um Deus’.”. (HOURANI, 1994, p. 36)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda hoje a presença da Lua na religião do Islã é uma realidade muito presente. Basta olhar para as torres das mesquitas e para os minaretes e lá estará a sua representação. A Lua e a sua força sobre a religião do Islã vai além. Vemos o Crescente, e até mesmo a Estrela Matutina a ela associada nas bandeiras de países como a Argélia, a Turquia, o Azerbaijão, a Malásia, a Mauritânia, Paquistão, Sahara Ocidental, e Tunísia, além de brasões, como o do Paquistão. A Câmara de Comércio Árabe Brasileira traz o Crescente no desenho do seu logotipo. O vemos ainda no Feng Shui, nos pontos em religiões afro, em sarcófagos do período romano como em relevos do período neo-hitita (há 3 mil anos).

Todas essas representações fixaram-se ao ideário islâmico promovendo a manutenção de uma realidade que remete aos antepassados tribais nômades dos povos árabes que conceberam e modelaram o Islã, consolidaram seu sistema de culto e apresentaram ao mundo sua versão étnica de monoteísmo, a versão islâmica de um deus que absorve em si a crença das várias tribos e povos que se deixam iluminar pela luz da Lua.

REFERÊNCIAS

- A Bíblia Vida Nova*, versão revista e atualizada no Brasil, trad. João Ferreira de Almeida, São Paulo, Edições Vida Nova, 1990.
- ARMSTRONG, Karen, *Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo*, trad., Hildegard Feist, São Paulo, Companhia das Letras, 2009.
- BAAR, Marius, *O Ocidente na encruzilhada*, Portugal, Queluz, Núcleo, 1980.
- CAMPBELL, Joseph, *As máscaras de Deus - mitologia primitiva*, trad. Carmen Fisher, São Paulo, Palas Athena, 1992.
- DURKHEIM, Émile, *As formas elementares de vida religiosa*, São Paulo, Paulus, 1989.
- ELIADE, Mircea, *Tratado de história das religiões*, trad. Fernando Tomaz e Natália Nunes 2ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 1998.
- GABRIEL, Mark, *O islã e os judeus*, Belo Horizonte, Dynamus, s/d.
- GARAUDY, Roger, *Promessas do Islã*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.
- GUÉRIOS, R. F. M., *Revista Letras: Estudos linguísticos*, nº 36 (p. 3-23), Curitiba, UFFR, 1987, p. 17.
- HOURANI, Albert, *Uma história dos povos árabes*, São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- MCLEAN, Adam, *A deusa tríplice - em busca do feminino arquetípico*, São Paulo: Cultrix, 1991.
- SCHLESINGER, Hugo; PORTO, Humberto, *Crenças, seitas e símbolos religiosos*, São Paulo, Paulinas, 1983, p. 228.
- VERNET, Juan, *As origens do islã*, trad. Maria Cristina Cupertino, São Paulo, Editora Globo, 2004.